

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

Regulamento n.º 8/2013, de 3 de maio

Publicidade das ofertas públicas de valores mobiliários

A publicidade assume, nos dias atuais, uma importância e um alcance significativos na conformação do material informativo relevante respeitante aos emitentes de valores mobiliários e, por conseguinte, na formação das decisões de investimento. Daqui decorre a necessidade da regulação da publicidade das ofertas públicas de valores mobiliários, na perspectiva da proteção e defesa dos investidores e das suas legítimas expectativas.

Numa sociedade responsável, importa prever e considerar a existência de regras mínimas, sob pena de se consumarem situações enganosas ou atentórias dos direitos dos investidores, desvirtuando o próprio e intrínseco mérito da atividade publicitária.

A experiência mostra que as ações publicitárias são muitas vezes fundamentais ao êxito das ofertas públicas, exercendo uma influência decisiva na formação da vontade dos investidores, no contexto do seu processo de escolha e decisão. A publicidade das ofertas públicas encontra-se sujeita aos princípios da informação previstos no Código do Mercado de Valores Mobiliários, isto é, deve ser completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, competindo

à AGMVM a sua fiscalização nos termos do artigo 25.º do Código do Mercado de Valores Mobiliários.

O Código do Mercado de Valores Mobiliários previu ainda, que compete à AGMVM, através de regulamento, fixar os termos e as condições que a publicidade das ofertas públicas deve respeitar. Considerando que atualmente a publicidade é feita através de diferentes meios, o presente regulamento aplica-se a qualquer forma de comunicação dirigida ao público em geral com o fim de promover a subscrição ou alienação de valores mobiliários.

Por último, refira-se que a divulgação de material publicitário relativo à oferta de valores mobiliários sem a prévia aprovação da AGMVM constitui, nos termos dos artigos 253.º, n.º 1, alínea c) e 254.º, n.º 4, alínea b) do Código do Mercado de Valores Mobiliários, uma contra-ordenação menos grave sujeita a coima entre 25.000\$00 e 1.250.00\$00.

Assim, nos termos do artigo 214.º do Código do Mercado de Valores Mobiliários é aprovado o seguinte regulamento:

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

Artigo 1.º

(Âmbito)

1. O presente regulamento estabelece os termos e as condições em que deve ser feita a publicidade das ofertas públicas.
2. Cabe à entidade emitente, aos intermediários financeiros ou a quaisquer terceiros prestadores de serviços no âmbito da divulgação da oferta pública, garantir que a publicidade feita respeita o estabelecido no presente regulamento.
3. As regras e princípios constantes deste regulamento aplicam-se independentemente do meio de publicidade utilizado, nomeadamente, audiovisual, oral, escrito, *internet* ou outro.

Artigo 2.º

(Publicidade)

1. A publicidade relativa a ofertas públicas deve:
 - a) Obedecer aos princípios gerais de completude, veracidade, atualidade, clareza, objetividade e licitude, enunciados no artigo 39.º do Código do Mercado de Valores Mobiliários, não podendo induzir o público em erro sobre a verdade dos fatos, situações, atividades, negócios, resultados, valores ou expectativas, nem omitindo ou dissimulando informação necessária, em cada caso à correcta avaliação da oferta pelos seus destinatários;
 - b) Ser redigida em linguagem moderada, advertindo os seus leitores para os riscos do investimento;
 - c) Referir expressamente que se trata de material publicitário, diferenciando informações fatuais de interpretações, opiniões, projecções e estimativas;
 - d) Referir a existência ou a disponibilidade futura de prospecto e indicar as modalidades de acesso ao mesmo; e
 - e) Harmonizar-se com o conteúdo do prospecto, não podendo conter informações diversas ou inconsistentes com as constantes do prospecto.

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

2. À responsabilidade civil pelo conteúdo da informação divulgada em ações publicitárias aplica-se, com as devidas adaptações, o disposto nos artigos 191.º e seguintes do Código do Mercado de Valores Mobiliários.

Artigo 3.º

(Aprovação pela AGMVM)

1. Todo o material publicitário relacionado com a oferta pública está sujeito a aprovação prévia pela AGMVM.
2. A AGMVM deverá pronunciar-se no prazo de 8 dias úteis subsequentes à data em que receba o material publicitário.
3. A AGMVM indefere o pedido de aprovação sempre que a publicidade não respeite o disposto nos artigos anteriores.
4. A AGMVM deve, relativamente à publicidade que não respeite o disposto nos artigos anteriores ordenar as modificações que se revelem necessárias, notificando o requerente para proceder à introdução destas.
5. A introdução das modificações referidas pela AGMVM após apreciação do material publicitário apresentado dispensa a sua posterior aprovação pela AGMVM.

Artigo 4.º

(Publicidade prévia)

Quando a AGMVM, após exame preliminar do pedido de aprovação do prospeto ou de registo de oferta pública, considere que a aprovação do prospeto ou o registo da oferta é viável, pode autorizar publicidade anterior à aprovação do prospeto ou à concessão do registo, desde que daí não resulte perturbação para os destinatários ou para o mercado.

Artigo 5.º

(Norma revogatória)

É revogado o Regulamento n.º 1/2000, de 27 de Novembro.



BOLSA DE VALORES
CABO VERDE

Não dispensa, todavia, a consulta do diploma publicado em B.O.

Artigo 6.º

(Entrada em vigor)

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Boletim Oficial.

Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários, Banco de Cabo Verde, na Praia, ao 05 de Março de 2013. – A Auditora Geral, *Maria Encarnação Alves Rocha*.

Regulamento n.º 8/2013, de 3 maio

B.O. n.º 24 – II série, 3 de maio de 2013